

# A “TRAGÉDIA DOS COMUNS” ENTRE OS GAVIÃO IKÓLÓÉHJ DE RONDÔNIA

Lediane Fani Felzke<sup>1</sup>

## RESUMO

A etnia Gavião Ikólóéhj é composta por cerca de 500 indivíduos falantes do tronco lingüístico Tupi, família Mondé. Reside na Terra Indígena Igarapé Lourdes localizada no município de Ji-Paraná – RO. Atualmente a extração e comércio da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) constitui a principal fonte de renda acessível a todos os membros da comunidade. Este trabalho tem como objetivo averiguar a repercussão desta atividade na construção da autonomia dos Gavião, bem como os impactos causados pela mesma a partir do conceito de “Tragédia dos Comuns” de Garret Hardin. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método etnográfico. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação participante, com seguidas viagens a campo, e a entrevista não estruturada. A partir do contato dos Gavião com a sociedade não indígena, percebeu-se a utilização desenfreada dos recursos naturais da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Basicamente, neste ponto, se estabeleceu o que Garrett Hardin (1968) denominou de “tragédia dos bens comuns”. A Organização Padereéhj, articula reuniões nas aldeias para conscientizar estas comunidades sobre a importância da união no processo de venda da castanha, coibindo a prática exploratória dos atravessadores. A iniciativa dos Gavião demonstra que este povo está construindo sua autonomia ao libertar-se do sistema de aviamento na venda da castanha e aprendendo a conviver em uma área comum restrita, a T.I. Igarapé Lourdes, evitando a “tragédia” profetizada por Hardin.

## 1. INTRODUÇÃO

A etnia Gavião que se autodenomina Ikólóéhj, é composta por cerca de 500 indivíduos (FUNASA, 2007) pertencentes ao tronco lingüístico Tupi, dentro da família linguística Mondé (MONTSERRAT, 1998)<sup>2</sup>. Seu primeiro contato com o mundo não indígena foi registrado em 1953 (SCHULTZ, 1953). Habitavam tradicionalmente a margem esquerda do Rio Branco, no atual estado do Mato Grosso. Conforme relatório de Leonel (1983, p.81) “vieram para a Serra da Providência e o Igarapé Lourdes por volta dos anos 40, hostilizados por fazendeiros e pelos Cinta-Larga [...]”. Segundo este relato, desde os anos 40 os Gavião passaram a residir à margem esquerda do Igarapé Lourdes, afluente do rio Machado. Após o contato oficial na década de 50, essa se tornou a aldeia principal e posto indígena da FUNAI (PIN Igarapé Lourdes). Os habitantes tradicionais desta região era os Arara.

---

<sup>1</sup> Historiadora, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, professora do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

<sup>2</sup> A família Mondé do tronco Tupi engloba as etnias Aruá, Cinta-Larga, Gavião, Suruí e Zoró.

Schultz (1955, p.82) relata o contato da seguinte forma<sup>3</sup>

[...] os índios Urukú e Digüt aproximaram-se, espontaneamente, de um grupo de caucheiros que trabalhavam em suas matas, demonstrando interesse em aprender o trabalho de extração daquele tipo de látex, com cujos resultados esperavam obter ferramentas e outros objetos de nossa civilização.

Estima-se que, antes desse processo, os Gavião totalizavam cerca de 600 indivíduos; na década de 60, quando chegaram os missionários e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), estavam reduzidos a 100 pessoas (LEONEL, 1983). O contato interétnico trouxe, portanto, uma drástica redução populacional.

Segundo depoimento de um líder Gavião, o que despertou o interesse pelos brancos foram as “marcas diferentes” encontradas na mata e que seriam de facões: “Gavião viu o corte na madeira e quis saber de onde veio este corte”<sup>4</sup>. Para ele foi com este interesse que os Gavião de aproximaram dos Arara (Karo) que, por sua vez, já mantinham relações com seringueiros e caucheiros desde o início do século XX. Mindlin (2001, p.207) registrou este depoimento:

Um Gavião foi caçar, encontrou uma trilha dos Arara [...] voltando da caçada, viu um galho cortado com faca, levou para mostrar para sua comunidade. – Vejam só, encontrei um galho cortado, não é quebrado, é partido com uma coisa estranha. Nunca tinham visto faca. O homem Gavião, chamado Dzaria-ti, chamou os companheiros: - Vamos falar com estes homens, vamos entrar em contato com eles!

A subsistência tradicional dos Gavião implicava num semi-nomadismo na região situada entre o Rio Branco (MT) e o Rio Machado (RO), onde os grupos familiares migravam na medida de suas necessidades. A demarcação que garantiu a posse da terra foi a mesma que limitou esta forma secular, quiçá milenar, de subsistência. Assim, ao mesmo tempo em que se tornaram mais sedentários, foram inseridos de maneira intensa no modo de produção capitalista (FELZKE, 2007).

É possível classificar a etnia Gavião como sendo um povo indígena de comércio recorrente. Nessa categoria a produção para venda já é incorporada no cotidiano e nas práticas culturais do povo (LIMA & POZZOBOM, 2006). As mercadorias deixam de ser apenas a marca de um status diferenciado e passam a ser consideradas indispensáveis para o dia-a-dia. Nas comunidades da TI Igarapé Lourdes a castanha ocupa lugar de destaque como fonte de renda.

A partir desse contato, este povo passou a se inserir na lógica do mercado recorrendo ao comércio de inúmeros produtos de sua terra para ter acesso às mercadorias que se tornaram

---

<sup>3</sup> Para Harald Shultz os Ikólóéhj ou Gavião chamavam-se Digüt. Esta confusão ocorreu quando, ao perguntar ao líder Gavião o nome do seu povo, este pensou que Schultz estava perguntando o seu nome e respondeu: “Digüt” (MINDLIN, 2001).

<sup>4</sup> No livro Couro dos Espíritos (2001), Betty Mindlin registrou detalhadamente como se deu este encontro a partir do relato dos Gavião.

necessárias a partir de sua inserção no mundo “dos brancos”. Dentre estes produtos, a castanha do Brasil aparece como uma oportunidade de fonte de renda (FELZKE, 2007).

A castanha está incorporada aos hábitos alimentares das etnias amazônicas desde tempos imemoriais. Sua coleta era realizada de maneira parcimoniosa durante os meses de novembro até meados do ano seguinte, pois os ouriços, mesmo após caírem, se não forem predados pelas cotias, podem ser consumidos nos meses subsequentes. Atualmente o objetivo é a comercialização imediata, pois a extração da castanha representa uma fonte de renda importante para as famílias da Terra Indígena Igarapé Lourdes e, portanto, sua extração é intensificada entre novembro e janeiro (ibid.).

Partindo dessa realidade, este trabalho busca uma análise detalhada, utilizando-se o método etnográfico, da repercussão desta atividade na construção da autonomia dos Gavião, bem como os impactos causados pela mesma a partir do conceito de “Tragédia dos Comuns” de Garret Hardin. As variáveis mais importantes são a identificação de possíveis conflitos decorrentes da coleta, a organização das comunidades no que se refere à extração e comercialização da castanha e a forma como é realizado o comércio deste produto florestal não madeireiro.

## **2. METODOLOGIA**

Constituíram-se sujeitos da pesquisa os indígenas da etnia Gavião moradores da aldeia Ikólóéhj que se envolveram direta ou indiretamente na coleta e comercialização da castanha. Em especial acompanhou-se uma família extensa composta por três famílias nucleares onde foram incluídos homens e mulheres adultos, jovens, crianças e idosos.

O método etnográfico, utilizado nesta pesquisa, está fundamentado nas experiências de Malinowski (1978) junto aos nativos trobriandeses do Pacífico Sul. Malinowski não apenas estudou os habitantes da ilha Trobriand, mas morou com eles, participou das atividades da aldeia, aproximou-se do seu mundo para tentar entender a sociedade trobriandesa a partir do ponto de vista dos seus componentes. Segundo ele “[...] para que um trabalho etnográfico seja validado, é imprescindível que cubra a totalidade de todos os aspectos – social, cultural e psicológico – da comunidade, pois esses aspectos são de tal forma interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em consideração todos os demais” (MALINOWSKI, 1978, p.11 e 12). Neste sentido, este método contemplou o foco deste trabalho, qual seja, o processo produtivo da castanha junto aos Gavião. A etnografia permitiu uma visão ampla dos fatores que envolveram a coleta da castanha a partir do ponto de vista da própria comunidade. Como afirma Malinowski (ibid. 1978, p.33, 34), representante da tradição anglo-americana da antropologia, a etnografia se propõe a “[...] apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida [...]”.

Este método permite ao pesquisador desvendar as evidências simbólicas das diferentes culturas (OLIVEIRA, 2007), ou seja, possibilita uma compreensão daquilo que não aparece claramente em um primeiro “olhar”. A percepção de que “algo mais” estava envolvido na coleta da castanha propiciou atentar para detalhes que passariam despercebidos não fosse a orientação etnográfica do trabalho, constituindo-se no que Geertz (1989) chamou, basicamente, de “descrição densa”. Conforme ele enfatiza, “fazer a etnografia é como tentar ler [...] um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 1989, p. 07). Ou seja, é tentar perscrutar aquilo que está invisível aos olhos.

A complexidade da questão foi melhor analisada a partir da convivência da pesquisadora com os coletores e do acompanhamento *in loco* da coleta e comercialização da castanha. No decorrer do estudo, houve a participação em reuniões prévias da comunidade onde foram discutidas as melhores formas de comercializar o produto. Estas reuniões (Aldeia Ikólóehj e Castanheira) ocorreram no mês de outubro. No mês de novembro (2006) teve lugar o ponto alto da pesquisa. Permaneceu-se doze dias acompanhando o trabalho de treze indígenas nas proximidades do Igarapé Madeirinha, à 105 km da aldeia Ikólóehj e observando de forma participativa todos aspectos envolvidos na atividade. No mês de dezembro retornou-se por mais uma semana à Aldeia Ikólóehj para verificar como se processou a comercialização da castanha e como as famílias aplicaram os recursos provenientes da coleta. No ano seguinte (2007), foram realizadas entrevistas com os coletores para verificar as questões relacionadas à subsistência nos meses após a coleta. Em dezembro de 2007 acompanhou-se a comercialização junto ao comprador que deslocou-se até a comunidade para proceder a aquisição da produção.

Como instrumento e técnica de pesquisa empregou-se, além da revisão bibliográfica, a observação participante que constitui a principal técnica utilizada pelos etnógrafos. Também foram realizadas inúmeras conversas informais, ou entrevistas não-diretivas, nas quais a conversação foi iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador (HAGUETTE, 2003).

### **3. QUANDO A MAV GÁHV (CASTANHA) DEIXOU DE SER SIMPLEMENTE COMIDA**

A castanha é apreciada pelos europeus desde o século XVII quando expedições ultramarinas passaram a explorar as chamadas “drogas do sertão”. Afirma Stoian (2005, p.90) que, “ya em 1633, Europa importaba la castaña como artículo de lujo, realizando el primer embarque, desde Pará, a bordo de un navio holandés [...]”. O comércio sistemático articulou-se a partir dos

primeiros anos do século XIX com o porto de Belém tornando-se seu principal exportador (BAIDER, 2000). No entanto, passou a fazer parte significativa da economia amazônica a partir do momento em que o mercado da borracha entra na sua primeira fase de colapso, ou seja, no início do século XX, por volta dos anos 10 e 20. Nesse momento, ela surgiu, junto a outros produtos da floresta, como uma alternativa de sobrevivência econômica para milhares de trabalhadores regionais que povoaram as matas amazônicas em busca do “Eldorado” (DA MATTA, 1978).

Estes trabalhadores passaram então a buscar castanhais mais para o interior da floresta nos estados do Tocantins, Pará e Amazonas e nestas expedições inevitavelmente entraram em contato, nem sempre amistoso, com populações indígenas locais (LEVI-STRAUSS, 1996; DA MATTA, 1978).

Neste processo, a terra dos índios passou a ser extremamente cobiçada pelos líderes econômicos e, portanto, políticos da região amazônica que viam nas comunidades indígenas, e ainda vêm, entraves para a exploração dos produtos da floresta pelos trabalhadores nacionais, os quais mantinham presos a um regime de semi-escravidão pelo regime de “barracão” ou aviamento. Neste contexto ocorreu a eliminação parcial de várias etnias amazônicas tais como os Akáwa-Asuriní e os Gavião Parkatejê<sup>5</sup>, etnias estudadas por Da Matta e Laraia (1978).

A inclusão das comunidades indígenas no ciclo comercial da castanha, independentemente da região ou do estado, processou-se dentro do sistema de aviamento. O contato do índio com os comerciantes locais transformou-os, de certa forma, em trabalhadores regionais, circunstância esta que contribuiu para uma série de perdas que já estavam afetando as etnias envolvidas: perda de qualidade de vida, perda de sustentabilidade econômica, ecológica, perda de laços de parentesco, perda inclusive física e aceleração significativa nas mudanças culturais. Sobre esta questão, Da Matta (1978, p.173) observou que “[...] a necessidade de ganhar dinheiro a qualquer preço e de conquistar os possíveis padrões, coloca os índios numa situação de empregados servis, que ouvem sem a menor reação os maiores absurdos e provocações dos habitantes da cidade”.

Embora se assemelhe em alguns aspectos a esse quadro geral, a maneira como os Gavião Ikólóéhj se inseriram no extrativismo da castanha com fins comerciais teve suas especificidades. Quem primeiro sugeriu que a castanha poderia ser trocada por produtos foram os seringueiros por volta dos anos 60. Então, os índios passaram a coletar a noz para comercializá-la com “marreteiros”<sup>6</sup> ou mesmo com os seringalistas.

Não se percebe que tivesse havido disputa pelos castanhais com trabalhadores nacionais, pois, da mesma forma que os seringalistas convenceram os índios a extrair primeiramente o caucho e

---

<sup>5</sup> Os Gavião Parkatejê, diferentemente dos Gavião Ikólóéhj de Rondônia, localizados no estado do Pará, pertencem a família Timbira Oriental do tronco lingüístico Macro-Jê. Compõem atualmente cerca de 400 pessoas (ISA, 2007).

<sup>6</sup> Comerciantes que viajavam pelos rios e igarapés da Amazônia negociando produtos com seringueiros e indígenas.

depois a seringa, também o fizeram com relação à castanha. Neste sentido, a castanha passou a constituir uma fonte de lucro a mais para o seringalista. Segundo depoimentos das lideranças mais antigas, que eram jovens nos primeiros tempos do contato, eles se transformaram praticamente em escravos dos seringueiros. Uma destas lideranças relatou que os “índios carregavam a borracha nas costas quilômetros floresta a dentro e ao chegar na beira do rio trocavam por facões e outras bugigangas” .

A primeira tentativa mais organizada e autônoma por parte dos Gavião de se inserir no comércio da castanha ocorreu em 1977 conforme relatório escrito por Moore (1978) sobre o PIN Igarapé Lourdes. Aquele Posto Indígena distava cerca de 4 horas de barco da cidade de Ji-Paraná, nesta época chamada Vila de Rondônia e parte integrante do município de Porto Velho do então Território Federal de Rondônia. Em função desta distância, tornou-se muito dispendioso para os Gavião manter um comércio regular de castanha (MOORE, 1978).

Uma parte significativa do eventual lucro com a coleta da castanha era empregada no seu transporte, desanimando os indígenas. Eles abandonaram temporariamente a coleta da castanha e se dedicaram à extração do látex, mais rentável; e ao comércio da madeira (LEONEL, 1983). Somente após o declínio destas duas atividades, em meados da década de 1990, é que a coleta e venda da *B. excelsa* tornaram-se sistemáticas.

No caso específico dos Gavião, o aviamento foi a forma do comércio da castanha que prevaleceu até o ano de 2006. A maior parte da colheita era comercializada com um único atacadista da cidade de Ji-Paraná de maneira sistemática desde o ano de 1988, embora a intensificação deste comércio tenha ocorrido por volta de 1996, ano que delimitou o fim do comércio de madeira. A pesagem e a apuração da quantidade da castanha comercializada não eram efetivamente controladas pelos indígenas. Os dados coletados, no entanto, apontaram mudanças neste quadro. Este povo está buscando uma maior autonomia com relação à venda da castanha.

#### 4. PADRÕES ANTIGOS E ATUAIS DE SUBSISTÊNCIA

Os Gavião, moradores históricos das terras firmes amazônicas, subsistiam das suas roças de milho mole (ma'eg tere), mandioca (xíbòja), batata doce (vit'ig'a), cará (mojà). A proteína animal era garantida pela caça e pesca, os tempos de seca (que os brancos chamariam de meses de agosto, setembro e outubro) eram reservados para a pesca com o timbó<sup>7</sup>. Além disso, nas chuvas, havia a coleta de frutos tais como a pama (meses de outubro e novembro) e a castanha, que era preferida verde, ainda com muito leite (mav gíri).

---

<sup>7</sup> Dajav tápóh – determinados cipós venenosos (*Caryocar glabrum*; *Clibadium silvestre*; *Euphorbia cotinifolia*; *Lonchorarpus urucu*; *Phyllanthus brasiliensis*; *Ryania speciosa*) que, batidos na água, matam ou deixam os peixes num estado de dormência tal que se torna fácil capturá-los. Consiste na forma mais conhecida de pesca pelas etnias amazônicas de terra firme (SCHRÖDER, 2003).

A unidade mínima de habitação era a família extensa que morava em uma única maloca distante das outras, talvez com o intuito de evitar conflitos. Esta maloca, que por vezes se mostrava circular e outras vezes ovalada, conforme diferentes descrições, era liderada pelo zavidjaj, o patriarca da família extensa.

O padrão de subsistência foi se alterando na medida em que o contato com o mundo do “branco” foi se intensificando; no entanto, a essência da economia tribal permaneceu quase inalterada. Os “ciclos” de caucho, seringa, peles e finalmente castanha, inicialmente serviam para atender as necessidades criadas pelo contato tais como roupas, sabão, sal, açúcar, mas não substituíram a subsistência tradicional.

As roças nunca foram coletivas, no máximo, eram organizadas pelas famílias extensas, mas o padrão mais corriqueiro era o de famílias nucleares. Esta constituição explica porque fracassaram as roças coletivas organizadas pela FUNAI no PIN Igarapé Lourdes na década de oitenta. Em função dessas ações, as roças das famílias nucleares, foram momentaneamente abandonadas, sendo retomadas após a constatação de que o modelo dos “brancos” não traria a subsistência necessária para a aldeia.

No decorrer do contato com os Gavião, a FUNAI implementou algumas atividades econômicas típicas das formas de trabalho dos pequenos produtores rurais de Rondônia, como lavouras de milho, feijão, arroz e mandioca, pecuária leiteira e de corte, embora conflitantes com o *modus vivendi* indígena. Os resultados foram poucos, quando não, fracassos absolutos, pois foram projetos<sup>8</sup> que não levaram em consideração os costumes e os conhecimentos tradicionais.

Aproximadamente 50 anos após o contato, a subsistência dos Gavião incorpora aos elementos de suas práticas tradicionais, algumas das quais modificadas em função da economia de mercado (como é o caso da castanha), as culturas exóticas introduzidas pela FUNAI. Além disso, foram inseridos os salários e benefícios pagos pelo Estado. No entanto, essa realidade não os impediu de manter as roças tradicionais. Ao serem questionados, durante uma reunião<sup>9</sup> na comunidade, se havia necessidade de “fazer roça”, mesmo com a renda da castanha, os homens demonstraram espanto: “isso não existe” falou alguém, “a roça pra nós é sagrada” respondeu outro.

A despeito dos salários e aposentadorias recebidos pelas famílias, eles não deixaram suas roças tradicionais. Co-existem, portanto, a economia de mercado e a indígena. Esta é entendida tanto como subsistência quanto produção de excedentes para a redistribuição nas festas tradicionais, como é o caso do excedente de milho mole utilizado para fazer a bebida típica das festas e que é ofertada a todos indistintamente. Possivelmente contribui para isso a experiência negativa com as roças coletivas implantadas pela FUNAI na década de 80 e que desestruturaram

---

<sup>8</sup> Para uma visão do resultado dos projetos implementados entre 50 etnias brasileiras por diferentes executores, desde ONGs até a FUNAI, ver Schröder (2003).

<sup>9</sup> Reunião na aldeia Ikólóéhj no dia 15 de setembro de 2007.

momentaneamente sua subsistência. Talvez em função disso, talvez por razões simbólicas que não foram objeto de estudo deste trabalho, independentemente de outras fontes de renda que venham a auferir, a roça tradicional, plantada de forma consorciada por homens e mulheres, não é abandonada e ainda constitui o fundamento da subsistência desta etnia.

Por outro lado, a coleta da castanha, atividade tradicional dos povos indígenas, embora atualmente com enfoque diferenciado, não necessitou de projeto específico para ser implementada. O relatório da FUNAI de 2003 informa que “já faz parte do calendário das atividades dos índios Gavião entre os meses de outubro a dezembro, dedicarem a coleta da Castanha-do-Pará. Apesar de ser uma atividade de curto ciclo, é uma das maiores fontes de renda para os índios”.

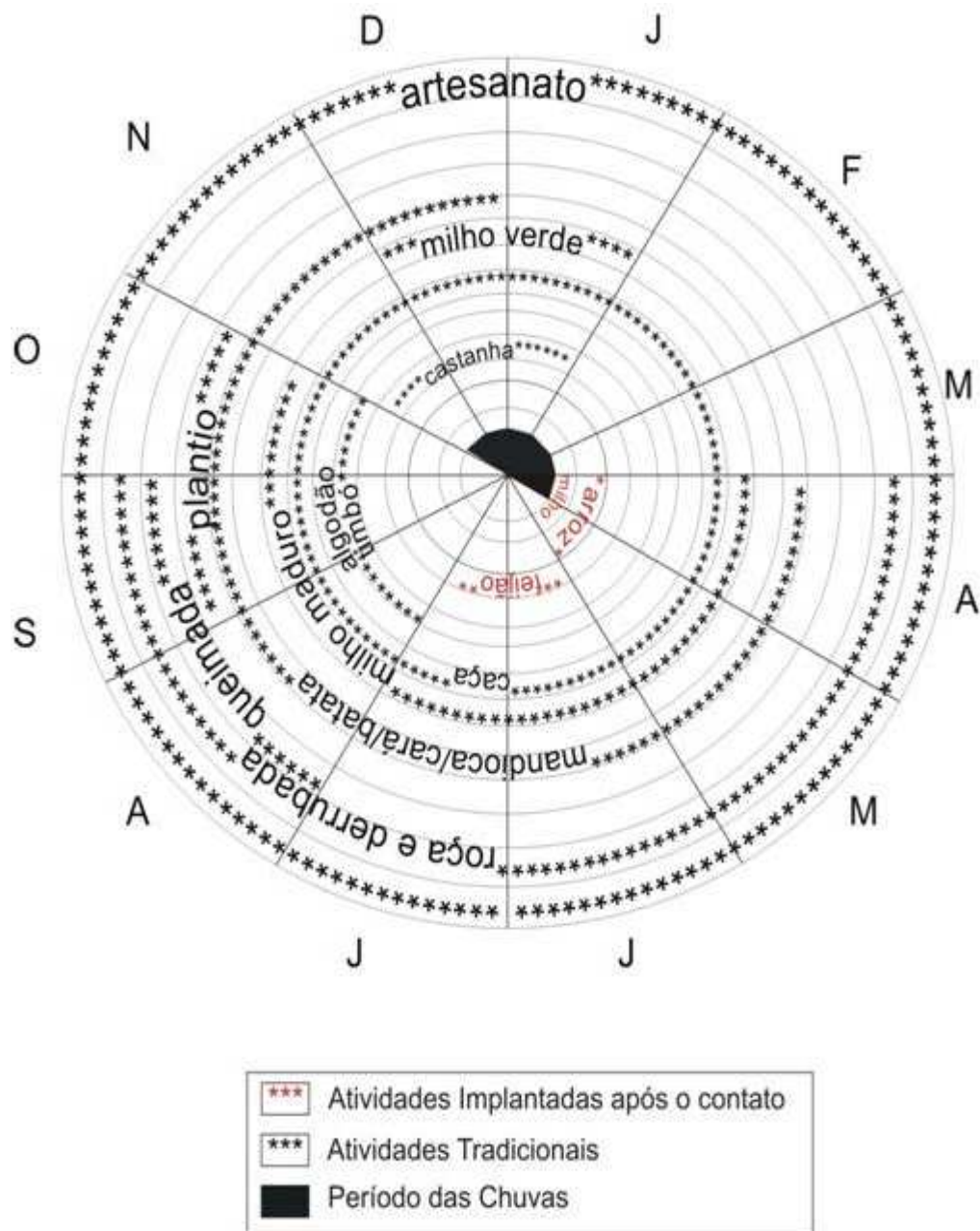
A despeito das tentativas e fracassos com a implantação de projetos exógenos à cultura indígena, as atividades relacionadas às tradições dispensam projetos especiais para obterem sucesso. O chamado artesanato, por exemplo, é confeccionado sem que seja necessário estímulo externo. São atividades que fazem parte do “ser índio”, impregnadas de elementos simbólicos e, como tais, feitas com prazer. Em contrapartida os modos de produzir do “branco”, importados para dentro do mundo do índio, sofrem uma resistência significativa.

Pode-se perceber, (conforme figura 11), que a coleta da castanha situa-se no intervalo de tempo que não compromete as demais fontes de sustento, pelo contrário, ela integra de tal forma o ciclo de subsistência que não compete com as outras atividades tradicionais. Se no pretérito constituía-se em alternativa alimentar para as épocas de penúria, na atualidade constitui-se na principal renda acessível a toda comunidade.

O ciclo de subsistência abaixo apresentado foi formulado de maneira participativa por várias pessoas da comunidade. Aproveitando a oportunidade de uma das costumeiras reuniões realizadas na escola da Aldeia Ikólóéhj para discutir algum assunto pertinente à comunidade, foi possível construir, na lousa, um quadro onde os presentes opinaram sobre as culturas de subsistência e a época do ano em que ocorrem.

Com a presença dos mais velhos, de adultos, de alguns professores e algumas mulheres foi possível elaborar coletivamente um quadro que, *a posteriori*, transformou-se no ciclo abaixo.





**Figura 01:** Ciclo anual de subsistência da etnia Gavião<sup>10</sup>.

## 5. A “TRAGÉDIA DOS COMUNS” NA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES

A utilização dos recursos naturais da Terra Indígena Igarapé Lourdes com o objetivo de fazer parte do mundo “dos brancos” no que se refere ao consumo, acarretou, no entanto, uma outra

<sup>10</sup> Ciclo anual de subsistência inspirado no trabalho de MEGGERS, Betty. Amazônia: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1987.

dificuldade: a utilização desenfreada desses recursos para satisfazer as novas necessidades criadas. Basicamente, neste ponto, se estabeleceu o que Garrett Hardin (1968) denominou "the tragedy of the commons" (a tragédia dos bens comuns). Na concepção dele, no acesso ilimitado a bens de uso comum, que são naturalmente limitados, cada família procurará maximizar seus ganhos em detrimento da comunidade e esta situação promoverá o esgotamento dos recursos para todos. No caso dos Gavião, esta limitação deve-se a demarcação da terra que restringiu o acesso aos recursos naturais a uma área específica.

Essa experiência tornou-se significativa nos anos 80 e meados dos anos 90 com a venda de madeira. Especialmente após a ocupação do sul do território para expulsar colonos e invasores, a venda de madeira apareceu como uma possibilidade de gerar recursos. Algumas famílias advindas da Aldeia Igarapé Lourdes e da Aldeia Serra da Providência passaram a dispor da madeira da T.I. como se fosse sua propriedade particular e se beneficiaram, momentaneamente, no que pese o aviltamento dos preços pelos madeireiros, dos recursos advindos do comércio de madeira. Em meados da década de 90, possivelmente em 1997, houve uma decisão comunitária de que os Gavião não venderiam mais madeira, pois o retorno financeiro, além de exíguo, destinava-se apenas a algumas famílias e à comunidade restava a expropriação de seus próprios recursos naturais. Segundo relatório da FUNAI a ação desta juntamente com a Polícia Federal foi decisiva para a conscientização da comunidade sobre a "importância de manter sua reserva preservada" (FUNAI, 2003).

Para Hardin, explorar os recursos limitados de forma ilimitada representa uma possibilidade concreta para a perda de sustentabilidade e para o esgotamento destes. Por outro lado, Ostrom (2000), defende que através de mecanismos de controle social é possível "escapar da tragédia".

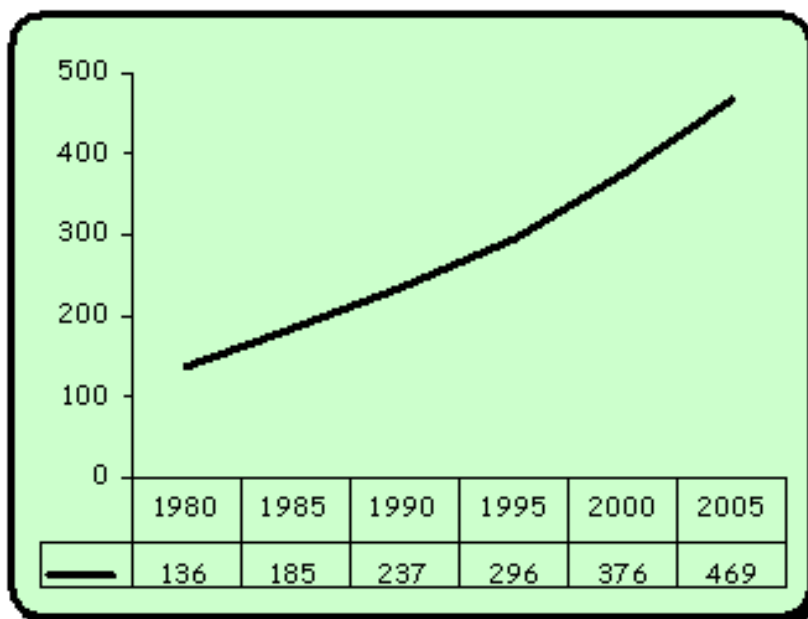
No que diz respeito à coleta da castanha, verificou-se que cada família se embrenhou na mata com a intenção de coletar o máximo de castanha possível e assim garantir uma renda significativa. Pesquisar até onde esta realidade é sustentável do ponto de vista ambiental constitui-se no objetivo de inúmeros cientistas que trabalham especificamente com a ecologia da castanha (BAIDER, 2000; KAMUKAIA<sup>11</sup>, 2004; PERES, 2003). Do ponto de vista social e econômico, Ostrom (2000) defende que o controle da sustentabilidade passa pela autonomia dos grupos em organizar suas próprias regras para que assim solucionem melhor os problemas coletivos. Isto foi feito pelos Gavião quando decidiram, coletivamente, suspender a venda de madeira (1990) e quando passaram a organizar a venda da castanha (2006).

Um agravante que corrobora a teoria de Hardin diz respeito ao acelerado crescimento populacional pelo qual tem passado o povo Gavião nos últimos anos. Sabe-se, é certo, que a população atual ainda não alcançou os índices anteriores ao contato cujas estimativas chegavam

---

<sup>11</sup> Projeto desenvolvido pela EMBRAPA em parceria com a Universidade Federal do Acre, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá, Universidade da Flórida e Universidade de São Paulo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento e as demandas de pesquisa para uso sustentável de PFNMs na Amazônia, sendo um dos principais produtos, a castanha-do-brasil.

a cerca de 600 indivíduos (LEONEL, 1983), no entanto, é preciso levar em consideração que atualmente a terra é limitada e com pouca perspectiva de ampliação.



**Figura 02:** Crescimento populacional da etnia Gavião de 1980 a 2005. Fonte: FUNASA – Ji-Paraná. Maio de 2006

Esta realidade remete à questão da capacidade de suporte da Terra Indígena. É fundamental averiguar o limite populacional daquela terra, que por sua vez, é inexoravelmente limitada. Hardin (op.cit.) afirma que um mundo finito pode suportar apenas uma população finita. Esta concepção neo-malthusiana pode parecer catastrofista. No entanto, a partir do momento que se verificaram as fontes de renda do povo Gavião percebeu-se que a maioria dos indivíduos depende em grande medida dos recursos naturais do território para sua subsistência.

Uma das principais formas encontradas pelas famílias da T.I. Igarapé Lourdes para a obtenção dos rendimentos necessários para adquirir os produtos “do branco” foi a extração e comercialização da castanha *in natura*. Com exceção de alguns poucos servidores públicos, toda a comunidade envolve-se na coleta com a finalidade de auferir alguma renda no período de novembro a janeiro de cada ano.

FUNÇÃO	FONTE PAGADORA	QUANTIDADE
Professores Indígenas	SEDUC	12
Agentes Indígenas de Saúde (AIS)	FUNASA	11
Ag. Indígenas de Saneamento (AISAN)	FUNASA	05
Aposentados por idade	INSS	28
Pensão por morte	INSS	01
Aposentados por invalidez	INSS	03
Outras	FUNAI/IBAMA/SEMAGRI	03
Total		63

**Quadro 01:** Fontes de renda externas da etnia Gavião. Fonte: Dados coletados na SEDUC/REN, FUNASA e FUNAI em setembro de 2007.

## 6. ORGANIZANDO O COMERCIO DA CASTANHA

A etnia Gavião, em 2006, tomou para si a iniciativa de organizar a venda da castanha. A Organização Padereéhj, através de seu coordenador, articulou duas reuniões no dia 28 de outubro de 2006. Os encontros foram realizados nas Aldeias Ikólóéhj e Castanheira para discutir junto a estas comunidades a respeito da comercialização da castanha. Conversaram a respeito da importância da união entre todos os membros da comunidade no processo de venda da castanha e assim coibir a prática exploratória dos compradores.

O coordenador começou o encontro falando da necessidade de organizar uma venda coletiva da produção para ter poder de barganha, obtendo, assim, preços melhores pelo produto. A reunião toda foi realizada em língua tupi-mondé. Os mais velhos escutavam atentamente, discutiam entre si. Quando o coordenador da Padereéhj anunciou o preço que os compradores de Ji-Paraná pretendiam pagar pela castanha, uma decepção generalizada tomou conta da escola indígena Zavidjaj Xikov Pi Pòhv<sup>12</sup>, local da reunião. Os mais velhos se manifestaram. Segundo o coordenador, o atacadista propôs pagar R\$1,30 pelo quilo da castanha enquanto uma empresa de extração de óleo recentemente instalada no município pagaria R\$1,40.

Um professor indígena lembrou a necessidade de se construir um depósito para armazenar os volumes coletados. Tendo a opção de armazenar, segundo ele, a comunidade não teria “pressa” de vender a produção e assim poderia negociar melhores preços. Pode-se perceber, no entanto,

<sup>12</sup> Nome concedido pela comunidade à escola em homenagem ao pai de Moisés Seríhr Gavião.

que a referida “pressa” para a comercialização não se efetiva em função de uma questão logística e sim em função da premência econômica.

No decorrer da reunião, informaram que duas famílias se anteciparam e foram para suas malocas de origem para realizar uma prospecção de castanha. Este é o procedimento costumeiro. Embora a coleta seja realizada pela família extensa, alguns dias antes desta embrenhar-se na floresta, um grupo menor dirige-se ao local da coleta para organizar o “tapiri”<sup>13</sup> e realizar um levantamento da abundância ou carência das castanheiras. A família extensa é a unidade econômica mínima das etnias da terra firme amazônica, lógica esta que permanece no âmbito desta atividade extrativista (MEGGERS,1987).

A discussão sobre venda da castanha encerrou-se com a fala do coordenador: “se todos segurarem castanha pelo menos até 10 de dezembro, podemos conseguir bom preço”. Passaram então a discutir outros assuntos de interesse da comunidade.

Uma reunião semelhante aconteceu, sob as árvores, no mesmo dia à tarde na Aldeia Castanheira. Naquela ocasião, comentaram que o órgão oficial do governo, a FUNAI, deveria negociar diretamente com as empresas para conseguir preço melhor para a castanha coletada em terra indígena<sup>14</sup>. Nesta aldeia todos concordaram em esperar para vender a produção por um melhor preço.

Estas reuniões são rotineiras entre os Gavião. Todas as decisões são tomadas coletivamente. Mas estas foram as primeiras reuniões organizadas especificamente para tratar da venda coletiva da castanha. O objetivo da Organização Padereéhj é que os Gavião fiquem livres do aviamento para obter maior autonomia em relação à venda de seus produtos. Neste ano, percebeu-se uma maior autonomia neste aspecto. Embora grande parte da produção tenha sido comprada por este comerciante, verificou-se que isso aconteceu porque foi ele quem ofereceu o melhor preço.

Segundo dados da FUNAI, foram comercializados cerca de 38.000 Kg de castanha no PIN Ikólóéhj. Destes, aproximadamente 17.000 Kg foram comercializados em dois dias, com o comprador principal.

Um fato interessante observado é que, enquanto a literatura a respeito da economia da castanha utiliza o hectolitro como unidade de medida, os Gavião negociaram com o atacadista por quilo. O hectolitro tornou-se a unidade de medida preferencial para a comercialização na Região Amazônica em função da praticidade de controle que esta medida proporcionou no decorrer dos

---

<sup>13</sup> O tapiri consiste numa cabana com estrutura feita de vara e galhos cortados da floresta, amarrados com cipós e/ou fibra da casca de envira, sem a utilização de pregos e martelo e coberta de palha, servindo de acampamento para as incursões na mata.

<sup>14</sup> Segundo depoimento do administrador da FUNAI (NAL de Ji-Paraná), no início de dezembro um funcionário acompanhou o atacadista até o PIN Ikólóéhj onde este tentou negociar com os índios a castanha a R\$ 1,40. Cumprindo o que haviam combinado nesta reunião os índios não aceitaram a proposta e a FUNAI acabou intermediando com o atacadista a venda a R\$ 1,50 durante dois dias (14 e 15 de dezembro).

anos, devido ao isolamento das comunidades no interior da floresta e a dificuldade de se carregar uma balança. Consiste num caixote ou saco onde é acondicionado o conteúdo de 5 latas de querosene, seu equivalente em quilos oscila entre 50 a 60 kg, variando conforme a umidade da amêndoa. Esta é a unidade invariavelmente utilizada para a exportação, no entanto, no comércio interno prevalece a negociação em quilo.

A coleta foi iniciada oficialmente no dia 09 de novembro quando o caminhão da FUNAI levou um grupo familiar formado por aproximadamente 30 pessoas para a antiga aldeia Serra da Providência, onde permaneceram 18 dias nesta atividade extrativista.

A julgar pelo histórico dos Gavião, esta iniciativa mostrou-se inédita e, embora possa parecer insignificante, para um observador mais atento, constituiu-se num passo ousado na construção da autonomia deste povo. Autonomia esta que se consolida e se amplia a partir do fortalecimento de sua organização representativa. A V Assembléia da Organização Padereéhj, nos dias 12 a 14 de fevereiro de 2007 teve como um dos itens de sua pauta a questão dos projetos de sustentabilidade a serem desenvolvidos nas T.Is. Igarapé Lourdes e Rio Branco. Esta é uma questão que tem preocupado e mobilizado a associação.

Este é um indício bem significativo que, para as populações indígenas assumirem uma autonomia plena, é necessário fortalecer suas organizações. A proposta da Padereéhj é encontrar mercados alternativos para a comercialização da castanha.

Como resultado desta articulação, verificou-se uma estratégia de venda mais organizada e vantajosa em comparação aos anos anteriores. A coleta de 2006, com raras exceções, não foi acompanhada de processo de aviamento. A comunidade acionou seus parceiros, FUNAI e COMIN, para levar as famílias até os pontos de castanha. Outro reflexo desta articulação foi a indicação de um representante da etnia para, juntamente com o técnico da FUNAI, acompanhar a pesagem e o pagamento, à vista, dos sacos de castanha diretamente às famílias. A pessoa indicada foi o filho do cacique Gavião. Ele acompanhou a primeira venda que ocorreu entre os dias 14 e 15 de dezembro. O atacado, como tem se repetido desde os anos 90, praticamente monopolizou a compra de castanha pagando, durante a semana supracitada, R\$1,50 pelo quilo da mesma. É importante frisar que este preço foi atingido em função da intermediação da FUNAI que entrou em acordo com o comerciante. Após a primeira semana de vendas, a castanha passou a ser comercializada a R\$1,00 o quilo.

O principal comprador de castanha do município não participou do transporte das famílias até os pontos de coleta na floresta, e não aviou a compra. Assim, na venda da mercadoria, embora o preço do quilo da castanha permanecesse aviltado, não foram realizados os descontos costumeiros, tais como transporte, alimentação e combustível. Segundo depoimento de uma

liderança indígena “esse ano a FUNAI levou [transportou] porque ano passado o comprador tirou desconto, comprou castanha por R\$ 1,50, mas perdia até 10% por causa do desconto”<sup>15</sup>.

A forma de comércio adotado pelo atacadista consiste em buscar os sacos de castanha nas aldeias com o caminhão. Nesta circunstância, leva a balança para pesar os sacos na hora, calcula e paga à vista aos donos da mercadoria. Esta forma de comercializar é bem vista pela comunidade. Um indígena analisa com satisfação o formato de comércio adotado pelo atacadista: “É bom vender castanha pra ele, paga na hora com dinheiro vivo, né”.

O filho do cacique anotou em seu caderno de controle a quantidade de volumes comercializados e o valor percebido pelas famílias em cada local de coleta, conforme quadro a seguir.

Local de coleta	Volumes	Peso (Kg)	Valor percebido
Serra da Providência	42	2.179	R\$ 3.268,50
Próximo da Aldeia Ikólóéhj	23	1.382	R\$ 2.088,00
Final da Área	16	861	R\$ 1.291,50
José Antônio	62	3.130	R\$ 4.695,00
Castanheira	49	2.652	R\$ 3.968,00
Akovaá e Nova Esperança	53	2.679	R\$ 4.018,50
Cascalho e Tucumã	26	1.169	R\$ 1.753,50
Zezinho	38	1.856	R\$ 2.784,00
Madeirinha <sup>16</sup>	13	787	R\$ 1.180,50
TOTAL	322	16.695	R\$ 25.047,50

**Quadro 02:** Castanha comercializada entre 14 e 15 de dezembro de 2006 pela comunidade do PIN Ikólóéhj. Fonte: Caderno de anotações de José Padágehj Vatúnu Gavião, dez/2006.

Destes dados, importa ressaltar que a coleta de castanha resultou na quantia de pouco mais de vinte e cinco mil reais. Para uma sociedade que, ao longo do ano, encontra-se sempre enredada

<sup>15</sup> Depoimento colhido no dia 17 de dezembro de 2007 na aldeia Ikólóéhj.

<sup>16</sup> O local conhecido como Madeirinha constitui-se na nascente de um igarapé com este nome a cerca de 105 km da Aldeia Ikólóéhj em região limítrofe da T.I. Igarapé Lourdes no Estado do Mato Grosso. Nesta região situa-se a “capoeira antiga do Moisés”, ou seja, local de onde migrou a família do Moisés Seríhr Gavião em direção à Aldeia Igarapé Lourdes (em torno de 1950-1960) em função dos ataques do povo Zoró.

com o problema de geração de renda para fazer frente às necessidades de consumo de produtos do mundo do branco, a possibilidade de auferir capital diretamente da natureza, sem praticamente qualquer investimento ou custo, é muito importante.

A despeito da transferência da autoridade tribal para outras instâncias dentro da aldeia, a voz dos mais velhos e das autoridades tradicionais é ouvida e respeitada nas reuniões de articulação. Nos diversos encontros promovidos pela Organização Padereéhj a presença dos “mais velhos” foi constante. Ou seja, ainda que atualmente a autoridade nas aldeias encontra-se difusa entre os velhos, o pajé, o cacique, o coordenador da Padereéhj, os seguidores da igreja e os professores, os primeiros representam uma espécie de “reserva” das tradições, da cultura e da identidade Gavião.

Neste sentido, a autonomia dos Gavião passa, concomitantemente, pelo fortalecimento de sua Organização que promove a articulação necessária para enfrentar as vicissitudes da lógica do mercado, mas também pela valorização de suas lideranças tradicionais que representam a memória de um povo que vivia e se relacionava pelo exercício das trocas-dádivas, do “dar, receber, retribuir” (GODBOUT, 1998).

## **7. CONCLUSÃO**

A coleta da castanha entre os Gavião faz parte do seu ciclo de subsistência desde tempos imemoriais. Os meses entre a plantação das roças e a colheita (novembro e dezembro) sempre foram destinados a coleta de frutos e a caça de alguns animais como a anta e o tatu que são mais facilmente encontrados na época do inverno amazônico. As atividades de subsistência (coleta, roças, pesca, caça) constituíam-se em atividades sustentáveis até o contato com a sociedade não-indígena. A inserção desta etnia na lógica do mercado criou a necessidade de produtos que anteriormente eram desconhecidos (roupas, calçados, sal, açúcar, produtos de higiene, utensílios domésticos, equipamentos eletrônicos, entre outros).

Não foi, portanto, a coleta da castanha para o mercado que interferiu na cultura do povo Gavião, mas sim a inserção na economia de mercado a partir do contato interétnico é que transformou o *modus vivendi* da comunidade, incluindo a maneira de coletar a castanha. Anteriormente a coleta era realizada de forma parcimoniosa conforme as necessidades nutricionais, atualmente é uma atividade fundamental para fins de obter renda, pois a inserção na sociedade envolvente criou prerrogativas antes desconhecidas.

A coleta da castanha situa-se no intervalo de tempo que não compromete as demais fontes de sustento, pelo contrário, ela integra de tal forma o ciclo de subsistência que não compete com as outras atividades tradicionais. Se no pretérito constituía-se em alternativa alimentar para as épocas de penúria, na atualidade constitui-se na principal renda acessível a toda comunidade.



Os Gavião conhecem o ciclo reprodutivo da castanha e sabem os prejuízos que a sobre-coleta pode provocar para a sustentabilidade da Terra Indígena, no entanto não deixam de realizá-la já que dependem deste recurso para sua reprodução econômica e social. Neste contexto recomenda-se que sejam trabalhadas boas práticas de coleta com esta comunidade.

Se por um lado a inserção na economia de mercado desestruturou, em muitos aspectos, a organização social e econômica deste grupo étnico; por outro a coleta da castanha para fins de comercialização passou a ser um instrumento de aproximação dos indígenas com seu antigo mundo. As viagens das famílias para o interior da floresta, passando dias envolvidos com a coleta, proporcionou o ambiente para reviver o estilo de vida antigo, caçar, andar pela mata, dormir em tapiris, de forma coletiva, contar histórias.

A importância desta experiência é reforçada pelo fato que nas aldeias, atualmente, as casas são individuais, onde cada família nuclear vive separadamente contrastando com a organização social anterior ao contado onde as habitações eram coletivas, formadas pelas famílias extensas. Na coleta da castanha, mesmo que seja por poucos dias, a organização tradicional volta a ser vivenciada.

A despeito da renda auferida através da castanha, as famílias não diminuíram as roças de subsistência. Os produtos adquiridos com o comércio da castanha são aqueles incorporados a partir do contato com o mundo “do branco” e não os produtos da alimentação básica: estes são fornecidos pelas roças tradicionais.

A coleta da castanha é realizada por famílias extensas, mas cada família nuclear é responsável por seus sacos de castanha. No entanto, os sacos que cabem a cada núcleo familiar são divididos por aqueles que contribuíram com a atividade independentemente da quantidade coletada por cada indivíduo. Homens, mulheres, jovens, crianças participam de alguma forma. Para os jovens e crianças, estes momentos são preciosos processos de ensinamentos, os mais velhos repassam seus conhecimentos e sua sabedoria. Andar no mato, conhecer as plantas, retirar fibra, reconhecer e retirar copaíba, caçar, construir tapiris, pescar com gongo, usar e tecer a palha do babaçu, tirar mel, moquear caça, cantar, ouvir histórias, são importantes conhecimentos revisitados durante a coleta.

Na perspectiva de sustentabilidade econômica, a castanha é, atualmente, a fonte de renda mais significativa acessível a toda comunidade. No entanto, há indicadores de que é preciso implementar formas de agregar valor e realizar o manejo florestal deste PFNM, para que os Gavião possam melhorar a renda obtida e, assim, diminuir a pressão antrópica sobre os castanhais.

Esta constatação nos remete viés ambiental. Foi possível perceber que, apesar dos indígenas conhecerem o ciclo reprodutivo da castanha não há, atualmente, uma preocupação significativa da comunidade Gavião com a reprodução da *B. excelsa* já que a necessidade da renda é

significativa. Neste contexto é viável propor ações de manejo de castanha para minimizar os impactos da coleta.

Há uma espécie de “acordo” simbólico entre os indígenas que define que cada grupo familiar tem o direito de coletar na região das antigas aldeias de seus ancestrais. Nestes locais acampam durante 10 a 20 dias para proceder à coleta da castanha. Além disso, algumas famílias passaram a coletar castanha nas áreas mais distantes das aldeias para evitar conflitos, mas também porque os castanhais, nestas regiões, encontram-se mais preservados. A Organização Padereéhj, representante das etnias Arara e Gavião da T.I. Igarapé Lourdes e das nove etnias da T.I. Rio Branco articula reuniões nas aldeias para conscientizar estas comunidades sobre a importância da união no processo de venda da castanha, coibindo a prática exploratória dos atravessadores e, ao mesmo tempo, demonstrando a possibilidade de “governança” em áreas comuns. A proposta da associação é encontrar mercados alternativos que valorizem a origem deste PFM, oriundo de coleta por comunidade tradicional, em área protegida, com manejo positivo. Como resultado desta articulação tem se verificado uma estratégia de venda mais organizada e vantajosa para os indígenas. Um representante da etnia indicado pela comunidade, junto com o técnico da FUNAI, acompanha a pesagem e o pagamento à vista dos sacos de castanha diretamente às famílias. A iniciativa dos Gavião, através da Organização Padereéhj, demonstra que este povo está construindo sua autonomia ao libertar-se do sistema de aviamento na venda da castanha e aprendendo a conviver em uma área comum restrita, a T.I. Igarapé Lourdes, evitando a “tragédia” profetizada por Hardin. No entanto, no que diz respeito à coleta da castanha, é necessário aprofundar as pesquisas para verificar até que ponto ela poderá trazer escassez para todos.

Partindo-se dos pressupostos descritos acima, pode-se concluir que a coleta da castanha constitui-se em uma estratégia adequada de sustentabilidade para a etnia Gavião no que diz respeito a relevância social e a viabilidade econômica (SACHS, 2002) sendo necessário, no entanto, recorrer a técnicas de manejo para garantir a sustentabilidade a longo prazo dessa atividade.

## REFERÊNCIAS

BAIDER, Claudia. **Demografia e ecologia de dispersão de frutos de *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl. (Lecythidaceae) em castanhais silvestres da Amazônia Oriental.** Tese de Doutorado. Instituto de Biociências da USP. Departamento de Ecologia Geral. São Paulo: 2000.

DA MATTA, Roberto & LARAIA, Roque de Barros. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DA MATTA, Roberto. O trabalho de campo como um rito de passagem. In: **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FELZKE, Lediane Fani. **Quando os ouriços começam a cair: a coleta da castanha entre os Gavião de Rondônia.** Porto Velho: 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia.

FUNAI. **Relatório do projeto e das atividades produtivas realizadas no PIN Ikolen e aldeias em 2003.** Ji-Paraná: 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol.13, nº 38. São Paulo: Outubro, 1998.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARDIN, Garret. The tragedy of the Commons. **Science.** New Series, Vol.162, nº3859 (Dec.13,1968), 1243-1248.

LEONEL JR, Mauro de Mello. **Relatório de avaliação da situação dos Gavião (Digüt) – P.I. Lourdes.** Ministério do Interior: SUDECO; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE: Novembro, 1983.

\_\_\_\_\_. **Relatório complementar de avaliação das invasões no Posto Indígena Lourdes (PIL), dos índios Gavião e Arara (Karo).** Agosto, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Deborah e POZZOBON, Jorge. **Amazônia sócio-ambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social.** Estudos Avançados, 2005. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 27 de julho de 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1987.

MINDLIN, Betty. **Couro dos espíritos.** São Paulo: Editora SENAC, São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2001.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, L.D. (org). **Índios no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Global; Brasília : MEC, 1998.

MOORE, DENNY. **Relatório sobre o Posto Indígena Lourdes da 8ª Delegacia Regional,** segundo as “Diretrizes de levantamentos de dados para elaboração de projetos”. Junho 1975/janeiro 1978.

\_\_\_\_\_. **Relatório – Pesquisa de campo na reserva dos índios Gavião e Arara em Rondônia – Maio e junho de 1987.** Museu Goeldi – DCH – Lingüística. 26 de outubro de 1987. Autorização nº 018/MUS/86

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1978.

OLIVEIRA, Luis Roberto C. **O ofício do antropólogo**. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 59. 2007, Belém.

OSTROM, Elinor. Collective action and the evolution of social norms. **The journal of economic perspectives**. V.14, n.3, p.137-158. Summer, 2000. Disponível em: <[www.jstor.org](http://www.jstor.org)>. Acesso em: 27 de maio de 2005.

PERES, Carlos (et. al.). Demographic threats to the sustainability of brazil nut exploitation. **Science**. Vol 302. 19 december 2003. Disponível em: <[www.sciencemag.org](http://www.sciencemag.org)>. Acesso em: maio de 2006.

POSEY, Darrel Addison. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: PAVAN, Crodowaldo (org). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial, 1996.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamont, 2002. (Idéias Sustentáveis)

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena**: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife: UFPE, 2003.

SCHULTZ, Harald. Vocábulos Urukù e digüt. In: **Journal de la société des Americanistes**. Nouvelle série. Tome XLIV. Musée de L'Homme. Palais de Chaillot. Place du Trocadero. Paris, 1955.

STOIAN, Dietmar. **Cosechando lo que cae**: la economía de la castaña (*Bertholletia excelsa*) en la Amazonía boliviana. Disponible em: <[www.catie.ac.cr/bancoconocimiento/C/CeCoEco\\_Publicaciones\\_2004](http://www.catie.ac.cr/bancoconocimiento/C/CeCoEco_Publicaciones_2004)>. Acesso: 24 de março de 2000.